



**Poder Judiciário do Maranhão  
Tribunal de Justiça**

**CLIPPING INTERNET**

**16/08/2016 ATÉ 16/08/2016**



# INDÍCE

---

1	AMMA - ASSOCIAÇÃO DOS MAGISTRADOS	
	1.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	1
2	AÇÕES CORREGEDORIA	
	2.1 SITE O QUARTO PODER.....	2
3	COMARCAS	
	3.1 BLOG AMARCOS NOTÍCIAS.....	3
	3.2 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	4
	3.3 BLOG DO KIEL MARTINS.....	5
	3.4 BLOG ISAÍAS ROCHA.....	6
	3.5 BLOG JORGE VIEIRA.....	7
	3.6 BLOG LUDWIG ALMEIDA.....	8
4	DECISÕES	
	4.1 BLOG DO FOGUINHO.....	9
	4.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	10
5	DESEMBARGADOR	
	5.1 BLOG DO KIEL MARTINS.....	11
	5.2 BLOG DO NETO FERREIRA .....	12
6	EVENTOS	
	6.1 BLOG DO CLODOALDO CORRÊA.....	13
	6.2 BLOG DO NETO FERREIRA .....	14
	6.3 BLOG DOMINGOS COSTA.....	15
	6.4 BLOG GILBERTO LIMA.....	16
	6.5 BLOG JEISAEL.COM.....	17
	6.6 BLOG JORGE VIEIRA.....	18
	6.7 BLOG REPÓRTER TEMPO.....	19
	6.8 SITE O QUARTO PODER.....	20
7	JUIZADOS ESPECIAIS	
	7.1 IMIRANTE.COM.....	21
8	JUÍZES	
	8.1 BLOG DO NETO FERREIRA .....	22
	8.2 BLOG DOMINGOS COSTA.....	23
9	POSSE	
	9.1 BLOG GENIVALDO ABREU.....	24
10	SINDJUS	
	10.1 BLOG DO NETO FERREIRA .....	25
11	VARA DA FAZENDA PÚBLICA	
	11.1 BLOG ILHA REBELDE.....	26
12	VARA DE INTERESSES DIFUSOS E COLETIVOS	
	12.1 BLOG AQUILES EMIR.....	27
	12.2 BLOG DANIEL MATOS.....	28
	12.3 BLOG DIEGO EMIR.....	29
	12.4 BLOG DO LINHARES.....	30
	12.5 BLOG GILBERTO LEDA.....	31
	12.6 BLOG ILHA REBELDE.....	32
	12.7 BLOG MARCO DEÇA.....	33
	12.8 BLOG RICARDO SANTOS.....	34
	12.9 BLOG RONALDO ROCHA.....	35

# MP explica razões do afastamento dos prefeitos de Bom Jardim e Pio II

15/08/2016 21:19:18

Em entrevista coletiva nesta segunda-feira, 15, realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, os promotores de justiça das comarcas de Bom Jardim e Pio XII explicaram os motivos das ações que levaram aos afastamentos dos prefeitos e de secretários dos respectivos municípios, determinados pela Justiça na semana passada.

Antes dos promotores, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que a atuação do Ministério Público busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. "Nossas ações não são contra pessoas, mas contra atos. O Ministério Público não tem partido político. Nosso partido é a legalidade", esclareceu.

O procurador-geral acrescentou que, na sua gestão, a defesa das prerrogativas dos membros da instituição será garantida.

Também estiveram presentes na coletiva o assessor-chefe da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça, Justino Guimarães, o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da PGJ, Marco Antonio Amorim, e o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio Bonfim.

O promotor de justiça de Pio XII, Francisco Thiago Rabelo, detalhou as diversas etapas da investigação, iniciada em janeiro de 2016, que identificou a existência de 43 funcionários fantasmas na Prefeitura do município.

O processo culminou com o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso e dos secretários municipais Antonio Roberval de Lima (Administração), Melquizedeque Fontenele Nascimento (Finanças) e Lara Adriana Araújo Portilho (Educação), no último dia 10 pela justiça. O procurador do município, Michel Lacerda Ferreira, também foi afastado.

O juiz Raphael Leite Guedes deferiu o pedido do membro do Ministério Público em uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Na ação, o promotor de justiça estimou que os pagamentos irregulares feitos aos funcionários que ganham sem trabalhar geraram um prejuízo de R\$ 2.478.406,88 aos cofres municipais.

## BOM JARDIM

Em Bom Jardim, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira informou sobre a ação que resultou no novo afastamento da prefeita Lidiane Leite, que tinha sido presa e afastada do cargo em 2015. Pela decisão judicial,

do último dia 11, a gestora foi afastada do cargo pelo prazo de 120 dias até que seja julgada uma Ação Civil Pública, ajuizada em 26 de agosto de 2015, que trata dos desvios de recursos públicos que deveriam ter sido aplicados no setor educacional do município.

Quanto ao afastamento do presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, Arão Sousa Silva, o promotor de justiça informou que o pedido foi deferido pela Justiça em Ação Civil Pública por improbidade administrativa. O vereador não deu publicidade ao ato e se recusou a prestar informações sobre o decreto legislativo que retornou a prefeita Lidiane Leite ao cargo.

## **ENTENDA O CASO**

Em 5 de setembro de 2015, o presidente da Câmara, por meio do Decreto legislativo nº 006/2015, declarou a perda do mandato da então prefeita Lidiane Leite da Silva, que se encontrava afastada do município sem autorização do Legislativo Municipal há 10 dias. Na época, Lidiane Leite estava sendo procurada pela Polícia Federal em virtude de desvios de verbas da educação no município.

A Lei Orgânica do Município de Bom Jardim prevê a necessidade de autorização da Câmara para afastamentos superiores a 10 dias. A medida foi tomada após o encaminhamento de Recomendação por parte do Ministério Público.

No último dia 8, no entanto, Arão Silva, em sessão extraordinária, deu posse novamente a Lidiane Leite, "sem ao menos publicar ou divulgar a revogação do decreto, o qual teria, em tese, sido revogado unilateralmente pelo referido presidente", explica o promotor de justiça da comarca.

Segundo Fábio Santos de Oliveira, apesar de várias tentativas da promotoria em ter acesso a um documento que tivesse revogado o decreto, que não havia sido publicado, isso foi negado pelo presidente daquela Casa Legislativa.

# Juiz Douglas Martins manda bloquear verba da Secretaria de Comunicação Articulação Política

15/08/2016 00:00:00

O juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos, determinou o bloqueio da verba orçamentária da Secretaria de Comunicação e Articulação (Secap) por causa de um descumprimento por parte do Governo do Estado a uma decisão para que fosse recuperado um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico.

Segundo o magistrado, a decisão para que fosse reformado um casarão no centro da cidade deu-se ainda no ano passado, antes de sair de licença para defender seu doutorado na Universidade de Salamanca (Espanha) e quando retornou nenhuma providência havia sido tomada pelo Estado, daí ter adotado a punição.

O juiz disse que poderia pedir o bloqueio de qualquer área do Governo, porém não queria que sua medida fosse interpretada como prejudicial para Saúde, Educação, Infraestrutura, Segurança Pública, Agricultura e outras consideradas essenciais, por isto optou pela verba da Secap, que, mesmo sendo necessária para o funcionamento do Estado, não é essencial.

Este jornalista entrou em contato com o secretário Márcio Jerry, titular da Secap, via whatssApp, para saber as consequências dessa medida judicial, mas até o fechamento da postagem não havia respondido à pergunta formulada.

# Juiz bloqueia contas da secretaria de Márcio Jerry

16/08/2016 10:18:16

## Do [Blog de Aquiles Emir](#)

Verba da pasta comandada por Márcio Jerry  
foi bloqueada judicialmente

O juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos, determinou o bloqueio da verba orçamentária da Secretaria de Comunicação e Articulação (Secap) por causa de um descumprimento por parte do Governo do Estado a uma decisão para que fosse recuperado um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico.

Segundo o magistrado, a decisão para que fosse reformado um casarão no centro da cidade deu-se ainda no ano passado, antes de sair de licença para defender seu doutorado na Universidade de Salamanca (Espanha) e quando retornou nenhuma providência havia sido tomada pelo Estado, daí ter adotado a punição.

O juiz disse que poderia pedir o bloqueio de qualquer área do Governo, porém não queria que sua medida fosse interpretada como prejudicial para Saúde, Educação, Infraestrutura, Segurança Pública, Agricultura e outras consideradas essenciais, por isto optou pela verba da Secap, que, mesmo sendo necessária para o funcionamento do Estado, não é essencial.

Este jornalista entrou em contato com o secretário Márcio Jerry, titular da Secap, via whatsapp, para saber as consequências dessa medida judicial, mas até o fechamento da postagem não havia respondido à pergunta formulada.

O post [Juiz bloqueia contas da secretaria de Márcio Jerry](#) apareceu primeiro em [Daniel Matos](#).

# Juiz Douglas Martins determina o bloqueio das contas de Secretaria comandada por Márcio Jerry

15/08/2016 21:13:47

Blog do Aquiles Emir

O juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos, determinou o bloqueio da verba orçamentária da Secretaria de Comunicação e Articulação (Secap) por causa de um descumprimento por parte do Governo do Estado a uma decisão para que fosse recuperado um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico.

Segundo o magistrado, a decisão para que fosse reformado um casarão no centro da cidade deu-se ainda no ano passado, antes de sair de licença para defender seu doutorado na Universidade de Salamanca (Espanha) e quando retornou nenhuma providência havia sido tomada pelo Estado, daí ter adotado a punição.

O juiz disse que poderia pedir o bloqueio de qualquer área do Governo, porém não queria que sua medida fosse interpretada como prejudicial para Saúde, Educação, Infraestrutura, Segurança Pública, Agricultura e outras consideradas essenciais, por isto optou pela verba da Secap, que, mesmo sendo necessária para o funcionamento do Estado, não é essencial.

Este jornalista entrou em contato com o secretário Márcio Jerry, titular da Secap, via whatsapp, para saber as consequências dessa medida judicial, mas até o fechamento da postagem não havia respondido à pergunta formulada.

O post [Juiz Douglas Martins determina o bloqueio das contas de Secretaria comandada por Márcio Jerry](#) apareceu primeiro em [Diego Emir](#).

# Promotores falam sobre afastamento de Lidiane Leite e presidente da Câmara de Bom Jardim

15/08/2016 17:27:40

Em entrevista coletiva nesta segunda-feira (15) os promotores de justiça das comarcas de Bom Jardim e Pio XII explicaram os motivos das ações que levaram aos afastamentos dos prefeitos e de secretários dos respectivos municípios, determinados pela Justiça na semana passada.

Antes dos promotores, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que a atuação do Ministério Público busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. "Nossas ações não são contra pessoas, mas contra atos. O Ministério Público não tem partido político. Nosso partido é a legalidade", esclareceu.

Os promotores falaram sobre o caso Lidiane Leite, já que a pedido do Ministério Público a prefeita e o presidente da Câmara, José Arão, foram afastados. O promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira informou explicou que a gestora foi afastada do cargo pelo prazo de 120 dias até que seja julgada uma Ação Civil Pública, ajuizada em 26 de agosto de 2015, que trata dos desvios de recursos públicos que deveriam ter sido aplicados no setor educacional do município.

Quanto ao afastamento do presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, Arão Sousa Silva, o promotor de justiça informou que o pedido foi deferido pela Justiça em Ação Civil Pública por improbidade administrativa. O vereador não deu publicidade ao ato e se recusou a prestar informações sobre o decreto legislativo que retornou a prefeita Lidiane Leite ao cargo.

Em 5 de setembro de 2015, o presidente da Câmara, por meio do Decreto legislativo nº 006/2015, declarou a perda do mandato da então prefeita Lidiane Leite da Silva, que se encontrava afastada do município sem autorização do Legislativo Municipal há 10 dias. Na época, Lidiane Leite estava sendo procurada pela Polícia Federal em virtude de desvios de verbas da educação no município.

A Lei Orgânica do Município de Bom Jardim prevê a necessidade de autorização da Câmara para afastamentos superiores a 10 dias. A medida foi tomada após o encaminhamento de Recomendação por parte do Ministério Público.

No último dia 8, no entanto, Arão Silva, em sessão extraordinária, deu posse novamente a Lidiane Leite, "sem ao menos publicar ou divulgar a revogação do decreto, o qual teria, em tese, sido revogado unilateralmente pelo referido presidente", explica o promotor de justiça da comarca.

Segundo Fábio Santos de Oliveira, apesar de várias tentativas da promotoria em ter acesso a um documento que tivesse revogado o decreto, que não havia sido publicado, isso foi negado pelo presidente daquela Casa Legislativa.

## **PIO XII**

O promotor de justiça de Pio XII, Francisco Thiago Rabelo, detalhou as diversas etapas da investigação, iniciada em janeiro de 2016, que identificou a existência de 43 funcionários fantasmas na Prefeitura do município.

O processo culminou com o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso e dos secretários municipais Antonio Roberval de Lima (Administração), Melquizedeque Fontenele Nascimento (Finanças) e Iara Adriana Araújo Portilho (Educação), no último dia 10 pela justiça. O procurador do município, Michel Lacerda Ferreira, também foi afastado.

# Governador Flávio Dino recebe visita da ministra Cármen Lúcia

15/08/2016 18:30:01

O governador Flávio Dino recebeu, na tarde desta segunda-feira (15), a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, em uma visita de cortesia ao Palácio dos Leões. Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador Flávio Dino reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

"Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes", destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão desse convênio, em que há metas claras que o Governo do Maranhão vem cumprindo para a humanização do sistema penitenciário, para que a execução penal se dê cada vez melhor", relatou Flávio Dino, ao apresentar as ações da gestão.

Para a ministra, a experiência do governador na área jurídica - como professor de Direito e ex-juiz federal - pode contribuir na construção e efetivação da política de garantia de direitos no país. "Ter no estado um governador que lutou pela criação do CNJ é muito importante", defendeu a ministra.

Ao conhecer os programas de Governo da área de Segurança Pública, Cármen Lúcia, comentou que os esforços do Maranhão em combater a violência, muito se assemelha aos esforços da Justiça Federal. "A tentativa do Estado é exatamente coerente com o que a gente busca, que é a atenuação tanto das causas, quanto da contenção da violência. A conflituosidade está posta, a nós, servidores públicos do executivo e do judiciário, e também do legislativo através de normas próprias, cabe fazer com que a gente tenha condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça", apontou a ministra.

No encontro, o governador apresentou parte da equipe de Governo. Estiveram presentes na visita o vice-governador Carlos Brandão, o procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e os secretários de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, da Mulher, Laurinda Pinto, de Segurança Penitenciária, Murilo Andrade, de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves e de Controle e Transparência, Rodrigo Lago. Também estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha e o desembargador Fróz Sobrinho.

## **Proteção à mulher**

A ministra Carmen Lúcia esteve no Maranhão para a abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que vai ser realizada de 15 a 19 de agosto, com o objetivo de chamar a atenção para as consequências da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na oportunidade, além da visita ao governador Flávio Dino, Cármen ainda foi conhecer as instalações da Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati, que está em fase de conclusão de obras. Gerida de forma compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, a Casa oferecerá atendimento humanizado, confortável e especializado, com uma série de serviços, incluindo acolhimento e triagem; apoio psicossocial; e promoção de ações para a autonomia econômica da mulher vítima de violência.

# Na Justiça, Deputado Paulo Neto abre Processo Criminal contra Vagner Pessoa, por Calúnia e Difamação.

15/08/2016 00:00:00

**Por: Blog do Foguinho, 15 de agosto de 2016.**

O deputado estadual Paulo Neto abriu um processo contra o dono da Rádio Cultura de Chapadinha, Vagner Pessoa, por Calúnia e Difamação.

De acordo com o processo do escritório de advocacia do Dr. Paulo Humberto, Vagner Pessoa ofendeu publicamente com acusações gravíssimas ao deputado Paulo Neto na rede social facebook. Vagner ainda confrontou o filho do deputado, onde mostrou que não tinha medo de ninguém e destacou finalizando com as palavras "*faça o que quiser e Foda-se*" mostrando ser superior a qualquer um.

O Processo já está em tramitação e Vagner Pessoa terá que provar as acusações feita a Paulo Neto.

Daqui pra frente é assim, acusações sem fundamentos será resolvida nos Tribunais, doa a quem doer.

Veja Cópias do Processo.



# MPMA explica razões dos afastamentos dos prefeitos de Bom Jardim e Pio XII

15/08/2016 20:00:24

Em entrevista coletiva nesta segunda-feira, 15, realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, os promotores de justiça das comarcas de Bom Jardim e Pio XII explicaram os motivos das ações que levaram aos afastamentos dos prefeitos e de secretários dos respectivos municípios, determinados pela Justiça na semana passada.

Antes dos promotores, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que a atuação do Ministério Público busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. "Nossas ações não são contra pessoas, mas contra atos. O Ministério Público não tem partido político. Nosso partido é a legalidade", esclareceu.

O procurador-geral acrescentou que, na sua gestão, a defesa das prerrogativas dos membros da instituição será garantida.

Também estiveram presentes na coletiva o assessor-chefe da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça, Justino Guimarães, o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da PGJ, Marco Antonio Amorim, e o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio Bonfim.

O promotor de justiça de Pio XII, Francisco Thiago Rabelo, detalhou as diversas etapas da investigação, iniciada em janeiro de 2016, que identificou a existência de 43 funcionários fantasmas na Prefeitura do município.

O processo culminou com o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso e dos secretários municipais Antonio Roberval de Lima (Administração), Melquizedeque Fontenele Nascimento (Finanças) e Iara Adriana Araújo Portilho (Educação), no último dia 10 pela justiça. O procurador do município, Michel Lacerda Ferreira, também foi afastado.

O juiz Raphael Leite Guedes deferiu o pedido do membro do Ministério Público em uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Na ação, o promotor de justiça estimou que os pagamentos irregulares feitos aos funcionários que ganham sem trabalhar geraram um prejuízo de R\$ 2.478.406,88 aos cofres municipais.

## BOM JARDIM

Em Bom Jardim, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira informou sobre a ação que resultou no novo afastamento da prefeita Lidiane Leite, que tinha sido presa e afastada do cargo em 2015. Pela decisão judicial,

do último dia 11, a gestora foi afastada do cargo pelo prazo de 120 dias até que seja julgada uma Ação Civil Pública, ajuizada em 26 de agosto de 2015, que trata dos desvios de recursos públicos que deveriam ter sido aplicados no setor educacional do município.

Quanto ao afastamento do presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, Arão Sousa Silva, o promotor de justiça informou que o pedido foi deferido pela Justiça em Ação Civil Pública por improbidade administrativa. O vereador se não deu publicidade ao ato e se recusou a prestar informações sobre o decreto legislativo que retornou a prefeita Lidiane Leite ao cargo.

## ENTENDA O CASO

Em 5 de setembro de 2015, o presidente da Câmara, por meio do Decreto legislativo nº 006/2015, declarou a perda do mandato da então prefeita Lidiane Leite da Silva, que se encontrava afastada do município sem autorização do Legislativo Municipal há 15 dias. Na época, Lidiane Leite estava sendo procurada pela Polícia Federal em virtude de desvios de verbas da educação no município.

A Lei Orgânica do Município de Bom Jardim prevê a necessidade de autorização da Câmara para afastamentos superiores a 10 dias. A medida foi tomada após o encaminhamento de Recomendação por parte do Ministério Público.

No último dia 8, no entanto, Arão Silva, em sessão extraordinária, deu posse novamente a Lidiane Leite, "sem ao menos publicar ou divulgar a revogação do decreto, o qual teria, em tese, sido revogado unilateralmente pelo referido presidente", explica o promotor de justiça da comarca.

Segundo Fábio Santos de Oliveira, apesar de várias tentativas da promotoria em ter acesso a um documento que tivesse revogado o decreto, que não havia sido publicado, isso foi negado pelo presidente daquela Casa Legislativa.

# Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII

16/08/2016 15:26:57

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo.

Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores "fantasmas" e um possível prejuízo de mais de R\$ 2.5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. "Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada".

# Justiça bloqueia verba da secretaria de Márcio Jerry

16/08/2016 10:59:06

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, decidiu pelo bloqueio dos recursos da Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap).

A pasta é comandada pelo todo poderoso do governo Flávio Dino (PCdoB), secretário Márcio Jerry (PCdoB).

O processo que culminou com o bloqueio diz respeito a uma ação pela reforma de um prédio histórico em São Luís.

O magistrado havia determinado as melhorias no casarão, o que não foi feito pelo Executivo.

Como forma de pressionar o governo a proceder à reforma - e para não prejudicar áreas mais sensíveis, como Saúde e Educação -, Douglas Martins mandou trancar o dinheiro da Comunicação.

- Leia também:
- [Secretária de Educação de São Raimundo das Mangabeira vai responder na Justiça por acusações contra o Blog](#)
- [Colinas:Candidata de Flávio Dino, irmã de Jerry decepciona em pesquisa](#)

# Justiça mantém afastamento do prefeito de Pio XII

16/08/2016 15:23:47

O desembargador Raimundo Melo indeferiu, em regime de plantão, o pedido do prefeito de Pio XII, Paulo Roberto Sousa Veloso, para voltar ao cargo.

Veloso foi afastado por decisão do juiz Rafael Leite Guedes, então titular da Comarca de Pio XII, que afastou o gestor municipal, três secretários municipais e o procurador do Município por prazo indeterminado, em decorrência da acusação de improbidade administrativa caracterizada pela existência de servidores "fantasmas" e um possível prejuízo de mais de R\$ 2.5 milhões.

O pleito para seu retorno ao cargo foi feito através de Agravo de Instrumento, que foi negado pelo desembargador plantonista. "Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo encontra-se devidamente fundamentada e justificada".

# Flávio Dino recebe visita da ministra do STF, Cármen Lúcia

15/08/2016 18:36:05

O governador Flávio Dino recebeu, na tarde desta segunda-feira (15), a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, em uma visita de cortesia ao Palácio dos Leões. Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador Flávio Dino reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

"Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes", destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão desse convênio, em que há metas claras que o Governo do Maranhão vem cumprindo para a humanização do sistema penitenciário, para que a execução penal se dê cada vez melhor", relatou Flávio Dino, ao apresentar as ações da gestão.

Para a ministra, a experiência do governador na área jurídica - como professor de Direito e ex-juiz federal - pode contribuir na construção e efetivação da política de garantia de direitos no país. "Ter no estado um governador que lutou pela criação do CNJ é muito importante", defendeu a ministra.

# Juíza recebe servidores da educação durante protesto em Itapecuru-Mirim

16/08/2016 10:36:57

A juíza Laysa de Jesus Mendes, titular da 1ª Vara de Itapecuru-Mirim, recebeu servidores da educação que estavam fazendo manifestação em frente ao fórum. O movimento pacífico era composto por sindicalistas e professores da rede municipal que estão em greve desde maio passado, pais e alunos, que estavam com uma faixa com o nome "Justiça" e falando palavras de ordem em um carro de som.

A magistrada, que estava em audiência dentro do fórum, resolveu saber o porquê da manifestação, indo até a entrada do fórum para observar o movimento. "De certo, imaginei que haveria algum clamor direcionado ao Judiciário, resolvi dirigir-me até o rol do fórum para visualizar melhor, quando então determinei ao guarda do Fórum que fosse até lá fora e convidasse os líderes da manifestação a entrarem e virem falar comigo, até porque aquela situação inusitada não era confortável para ninguém, principalmente para eles e suas crianças, pois estavam sob sol forte, bem como para todos os jurisdicionados e advogados que passaram a contar com uma dificuldade maior para estacionar na frente do Fórum e nele adentrar", ressaltou Laysa.

3

No gabinete, ela conversou com professores, presidente do respectivo sindicato, pais e alunos, oportunidade em que foi informada sobre o motivo da manifestação. "Eu perguntei o que eles pretendiam ou estavam a esperar da Justiça. Disse ainda que, com exceção de um mandado de segurança impetrado por eles na segunda-feira, dia 08/08, data em que em voltei das férias, desconhecia qualquer outro processo de interesse do movimento grevista que estivesse aos meus cuidados, enquanto juíza da Fazenda Pública, que merecesse essa manifestação ou protesto, mas que gostaria de ouvi-los", disse ela.

Os manifestantes falaram da greve que se arrasta desde 30 de maio, das promessas não cumpridas do prefeito, do corte de ponto, da ameaça de demissão por abandono de cargo, da contratação em período eleitoral, e outras situações. "Quando então, ao final, manifestei solidariedade aos problemas dos jovens e crianças fora das salas de aula, mas lhes reperguntei qual era a reivindicação a esta juíza, não obtendo resposta clara o suficiente.

Expliquei-lhes que o mandado de segurança, este sim impetrado na Justiça pelos grevistas e aos meus cuidados, a respeito de corte do ponto dos professores pelo Prefeito e o descumprimento por este de acordo com a categoria, havia sido protocolado há três dias e já estava despachado e em mãos da oficiala de justiça para notificar o Prefeito para prestar informações, após o que seria decidida a liminar requerida", relatou a magistrada.

# Notas da manhã

16/08/2016 08:14:33

## Decisão

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) negou seguimento ao recurso especial do presidente afastado do SINDJUS/MA, Aníbal Lins. O sindicalista foi candidato ao cargo de deputado estadual nas eleições de 2014, pelo Partido dos Trabalhadores (PT), mas teve as contas reprovadas pelo Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE/MA).

"Quanto ao suposto dissídio sobre a consequência da omissão em registrar os gastos com a contratação de serviços advocatícios e contábeis este Tribunal Superior já decidiu que, "muito embora os serviços advocatícios não tenham relação direta com a divulgação da campanha política, constituem ato acessório a esse fim e, por isso, configuram gasto eleitoral que exige a emissão do respectivo recibo e sua contabilização na prestação de contas" ", aponta trecho da decisão.

# TJ-MA mantém prefeitos de Pio XII e Humberto de Campos longe dos cofres públicos

16/08/2016 14:24:42

Veloso em Pio XII e Deco em Humberto de Campos continuam fora das respectivas prefeituras...

Em menos de 24h o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) manteve as decisões do Juízo da Vara Única da comarca de Pio XII, que afasta o prefeito Paulo Veloso e mais quatro de seus auxiliares afastados dos cargos, além de preservar a sentença do desembargador Guerreiro Júnior, determinando saída do prefeito Raimundo Nonato dos Santos, o Deco da prefeitura Humberto de Campos.

Ambos respondem ações por ato de improbidade administrativa, proposta pelo Ministério Público do Maranhão (MPMA). Em Pio XII, o gestor é acusado de enxertar mais de 40 funcionários fantasmas na folha de pagamento da prefeitura. Já em Humberto de Campos, o prefeito é apontado como autor de fraude em licitações para construção da "Praça Humberto de Campos" no centro, até hoje inacabada, com recursos oriundos de convênios com o governo estadual.

## PIO XII

Durante o plantão judiciário, os advogados do prefeito Paulo Veloso ingressaram com um agravo de instrumento com pedido de efeito suspensivo contra decisão proferida pelo juiz Raphael Leite Guedes.

No entanto, o Desembargador Raimundo Nonato Magalhães Melo indeferiu o pedido formulado pela advogada Paula Andrade de Avezedo.

***"Sabe-se, que o efeito suspensivo em sede de agravo de instrumento constitui medida de extrema excepcionalidade, somente admitida nos casos em que demonstrada de forma manifesta a necessidade e a urgência da medida, bem como o abuso de poder ou a ilegalidade do ato impugnado, circunstâncias inexistentes na hipótese em discussão, uma vez que a decisão proferida pelo Juízo Agravo encontra-se devidamente fundamentada e justificada. Com estas considerações, indefiro o pedido de LIMINAR para concessão de efeito suspensivo"***, decidiu o magistrado.

## HUMBERTO DE CAMPOS

E nesta terça-feira(16), os advogados de Deco impetraram Mandado de Segurança com pedido de liminar contra ato supostamente ilegal praticado pelo Desembargador Antonio Guerreiro Junior, integrante da 2ª

Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que deferiu o pedido de efeito suspensivo em sede do Agravo de Instrumento n.º 37.938/2016, suspendendo a decisão do Juízo de 1º Grau e que determinou o afastamento do prefeito do cargo.

Relato do processo, o desembargador Raimundo Nonata Magalhães Melo, também manteve o afastamento do gestor humbertuense. A decisão foi publicada no Diário de Justiça desta tarde.

***"Ressalte-se, ainda, que nenhum prejuízo existe diante da posição aqui tomada, pois que, em regra, logo se julga o agravo, no mérito, sem necessidades de demais intercorrências. Diante do exposto e, dispensadas maiores delongas acerca do tema, com fundamento no art. 10 da Lei 12.016/2009, indefiro a inicial"***, decidiu o Des.José de Ribamar Castro.

LEIA TAMBÉM:

- [Operação Descarrego: Justiça afasta prefeito, secretários e procurador de Pio XII](#)
- [Após cinco afastamentos, prefeito de Humberto de Campos entrará para o 'Guinness Book'](#)

# **Presidente eleita do STF, ministra Carmen Lúcia, visita o governador Flávio Dino**

**15/08/2016 17:32:30**

A presidente eleita do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lúcia, participou, nesta segunda-feira (15), de audiência no Palácio dos Leões com o governador do Maranhão Flávio Dino (PCdoB) discutindo cooperação entre os Poderes Executivo e Judiciário. Além do chefe do executivo estadual, participaram do encontro secretários de Estado e autoridades judiciárias maranhense.

Mais cedo, Carmen Lúcia esteve na abertura da V Semana da Justiça pela Paz em Casa, no Tribunal de Justiça do Maranhão, juntamente com o presidente da Corte, desembargador Cleones Cunha, e a presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargadora Angela Salazar.

# OAB realiza ato de repúdio contra Promotor e Juiz; AMMA e AMPEM condenam ação

15/08/2016 18:19:39

***A AMMA responsabiliza a OAB por qualquer ação de violência contra o Judiciário que venha a ocorrer na comarca. O procurador-geral de justiça afirmou que a atuação do Ministério Público busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos.***

OAB classificou de ações abusivas, injustas e descabidas de autoridades contra a liberdade profissional da advocacia.

Na manhã dessa segunda-feira, 15/08, a Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Maranhão, através da Comissão de Defesa das Prerrogativas dos Advogados, esteve no município de Pio XII-MA promovendo um ato de repúdio contra o promotor de Justiça promotor de justiça daquela cidade, Francisco Thiago Rabelo e o Juiz da Comarca Raphael Leite Guedes.

No ato, a OAB/MA manifestou sua solidariedade e apoio irrestrito aos advogados Michel Lacerda (OAB/MA 10.442), Assis Filho (OAB/MA 14.175) e Haroldo Claudio (OAB/MA 6362) pela inclusão dos seus respectivos nomes na Ação Civil Pública por ato de improbidade oriunda de um Inquérito Civil do Ministério Público que investigou a participação de supostos funcionários fantasmas na folha de pagamento da Prefeitura de Pio XII-MA.

## **Coletiva na Procuradoria Geral de Justiça**

O procurador-geral afirmou que, na sua gestão, a defesa das prerrogativas dos membros da instituição será garantida.

O Ministério manifestou com preocupação a atitude do OAB durante entrevista coletiva nesta segunda-feira, 15, realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, os promotores de justiça das comarcas de Bom Jardim e Pio XII explicaram os motivos das ações que levaram aos afastamentos dos prefeitos e de secretários dos respectivos municípios, determinados pela Justiça na semana passada.

Antes dos promotores, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que a atuação do Ministério Público busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. "Nossas ações não são contra pessoas, mas contra atos. O Ministério Público não tem partido político. Nosso partido é a legalidade", esclareceu.

O promotor de justiça de Pio XII, Francisco Thiago Rabelo, detalhou as diversas etapas da investigação, iniciada em janeiro de 2016, que identificou a existência de 43 funcionários fantasmas na Prefeitura do município. O processo culminou com o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso e dos secretários municipais. O procurador do município, Michel Lacerda Ferreira, também foi afastado.

O juiz Raphael Leite Guedes deferiu o pedido do membro do Ministério Público em uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Na ação, o promotor de justiça estimou que os pagamentos irregulares feitos aos funcionários que ganham sem trabalhar geraram um prejuízo de R\$ 2.478.406,88 aos cofres municipais.

### **AMMA apoia juiz de e condena ato de repúdio organizado pela OAB**

Para o presidente da AMMA ato da OAB é inaceitável.

O presidente da AMMA, juiz Gervásio Santos, afirmou que o Ato de Repúdio (**confira a íntegra**) organizado pela OAB/MA para esta segunda-feira (15), na cidade de Pio XII (MA), não passa de mera tentativa de confundir a opinião pública e criar um clima de insegurança jurídica e instabilidade. A AMMA responsabiliza a OAB por qualquer ação de violência contra o Judiciário que venha a ocorrer na comarca.

Gervásio esclareceu que a AMMA reitera sua total confiança nas decisões do juiz Raphael Leite, que no exercício da jurisdição da Comarca de Pio XII determinou, no dia 10 de agosto, o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso, de três secretários municipais e do procurador-geral Michel Lacerda Ferreira, por atos de improbidade caracterizados pela existência de servidores "fantasmas" no Município.

O escândalo dos 'fantasmas' de Pio XII, amplamente divulgado na imprensa, envolve cerca de 40 pessoas nomeadas servidoras da Prefeitura sem nunca terem sequer pisado no órgão no qual deveriam estar trabalhando. Uma das servidoras até estuda medicina no exterior, fato comprovado por meio de postagens em redes sociais.

Consta nos autos do processo que entre os 'fantasmas' há advogados e vários parentes do prefeito, cujo rombo nos cofres públicos ultrapassa R\$ 2 milhões.

Para o presidente da AMMA, é inaceitável que uma instituição que consagrou a sua história de luta combatendo a corrupção e a impunidade no país, tenha permitido ser usada para protagonizar um ato público que é uma verdadeira afronta à independência do Poder Judiciário, além de grave ameaça ao Estado Democrático de Direito.

# TJMA empossa novo juiz da Comarca de Bom Jardim

15/08/2016 04:00:00

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), desembargador Cleones Cunha, empossou o juiz Raphael Leite Guedes, na Comarca de Bom Jardim, de entrância inicial. O ato de posse ocorreu no Gabinete da Presidência, na última sexta-feira (12).

O magistrado foi removido pelo Tribunal de Justiça, em sessão plenária administrativa realizada no dia 3 de agosto deste ano, pelo critério de merecimento. O presidente da Corte, Cleones Cunha desejou sucesso ao magistrado na nova comarca.

Aprovado no concurso público promovido pelo TJMA, em 2015, Raphael Leite Guedes foi titularizado na Comarca de Pio XII. "Deixamos a comarca saneada. Desenvolvemos um trabalho onde foram proferidas mais de mil sentenças em menos de um ano", informou.

O magistrado afirmou que a nova comarca é um novo desafio e que nas atividades judicantes em Bom Jardim manterá o compromisso de defender os direitos dos cidadãos. "Pretendo continuar prestando os serviços de qualidade, de forma célere e eficiente em prol da Justiça e dos jurisdicionados", ressaltou.

O termo de posse foi lido pela diretora-geral do TJMA, juíza Isabella Lago, com a presença do desembargador Froz Sobrinho, e dos juízes auxiliares da Presidência, Nilo Ribeiro (coordenador do Comitê Estadual de Precatórios) e Júlio Prazeres.

# Justiça bloqueia verba da secretaria de Márcio Jerry

16/08/2016 08:01:23

O juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital, decidiu pelo bloqueio dos recursos da Secretaria de Estado da Comunicação e Assuntos Políticos (Secap).

A pasta é comandada pelo todo poderoso do governo Flávio Dino (PCdoB), secretário Márcio Jerry (PCdoB).

O processo que culminou com o bloqueio diz respeito a uma ação pela reforma de um prédio histórico em São Luís.

O magistrado havia determinado as melhorias no casarão, o que não foi feito pelo Executivo.

Como forma de pressionar o governo a proceder à reforma - e para não prejudicar áreas mais sensíveis, como Saúde e Educação -, Douglas Martins mandou trancar o dinheiro da Comunicação.

# Governador Flávio Dino recebe visita da ministra Cármen Lúcia

15/08/2016 00:00:00

## **"Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão desse convênio, relatou Flávio Dino"**

O governador Flávio Dino recebeu, na tarde desta segunda-feira (15), a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, em uma visita de cortesia ao Palácio dos Leões. Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador Flávio Dino reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

"Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes", destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão desse convênio, em que há metas claras que o Governo do Maranhão vem cumprindo para a humanização do sistema penitenciário, para que a execução penal se dê cada vez melhor", relatou Flávio Dino, ao apresentar as ações da gestão.

Para a ministra, a experiência do governador na área jurídica - como professor de Direito e ex-juiz federal - pode contribuir na construção e efetivação da política de garantia de direitos no país. "Ter no estado um governador que lutou pela criação do CNJ é muito importante", defendeu a ministra.

Ao conhecer os programas de Governo da área de Segurança Pública, Cármen Lúcia, comentou que os esforços do Maranhão em combater a violência, muito se assemelha aos esforços da Justiça Federal. "A tentativa do Estado é exatamente coerente com o que a gente busca, que é a atenuação tanto das causas, quanto da contenção da violência. A conflituosidade está posta, a nós, servidores públicos do executivo e do judiciário, e também do legislativo através de normas próprias, cabe fazer com que a gente tenha condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça", apontou a ministra.

No encontro, o governador apresentou parte da equipe de Governo. Estiveram presentes na visita o vice-governador Carlos Brandão, o procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e os secretários de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, da Mulher, Laurinda Pinto, de Segurança Penitenciária, Murilo Andrade, de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves e de Controle e Transparência, Rodrigo Lago. Também estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o

desembargador Cleones Cunha e o desembargador Fróz Sobrinho.

## **Proteção à mulher**

A ministra Carmen Lúcia esteve no Maranhão para a abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que vai ser realizada de 15 a 19 de agosto, com o objetivo de chamar a atenção para as consequências da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na oportunidade, além da visita ao governador Flávio Dino, Cármen ainda foi conhecer as instalações da Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati, que está em fase de conclusão de obras. Gerida de forma compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, a Casa oferecerá atendimento humanizado, confortável e especializado, com uma série de serviços, incluindo acolhimento e triagem; apoio psicossocial; e promoção de ações para a autonomia econômica da mulher vítima de violência.

# FLÁVIO DINO NÃO NOMEIA FORMADOS DO CBMMA QUE JÁ AGUARDAM HÁ 8 MESES!

15/08/2016 00:00:00

***Formatura foi realizada em dezembro de 2015 como forma de Flávio Dino cumprir a promessa de aumentar o efetivo da corporação***

Por: Yuri Almeida

A promessa do governador Flávio Dino (PCdoB) de aumentar o efetivo do Corpo de Bombeiros Militar do Maranhão parou na etapa da formatura. Parte dos 163 novos soldados formados no último concurso para a segurança ainda está à espera da nomeação.

Bancada com dinheiro público, a pomposa cerimônia para a formação dos novos soldados aconteceu no dia 29 de dezembro do ano passado, e deveria ter sido marcada pela nomeação imediata dos soldados, principalmente porque contou com a presença e declaração positiva do comandante do CBMMA, coronel Célio Roberto de Araújo.

Contudo, passados quase oito meses, os novos soldados não foram chamados, mas o governo já divulgou a falsa nomeação pelo menos duas vezes em sua agência oficial de notícias. [A primeira foi um dia depois da cerimônia de formatura](#), no dia 30 de dezembro. Na publicação, o Poder Executivo estadual chegou a afirmar que, a partir daquela data, a sociedade passaria "a contar com um maior aparato nos trabalhos operacionais na capital e nas unidades do interior do Maranhão". Menos de uma semana depois, [a farsa voltou a ser confirmada](#).

Em contato com o ATUAL7, os novos soldados formados, que preferem não se identificar, reclamam da falta de informações sobre o andamento das nomeações. "Não temos sequer um cronograma ou pelo menos a previsão de quando seremos nomeados. Ninguém nos informa", reclama um deles.

Os soldados relatam ainda que a maioria estaria passando por dificuldades financeiras, pois teriam pedido

dispensa de seus empregos, acreditando que a nomeação sairia logo após a formatura da turma. Um deles está sem emprego desde o final do ano passado. Ele reclama da falta de perspectiva e segue de mãos atadas para conseguir emprego enquanto não é nomeado pelo governador. "Até hoje não recebemos um centavo. Ele nos chama para apenas para fazer trabalhos voluntários. Foi assim no Carnaval, combate a dengue, limpeza do Rio Preguiça, para fazer a proteção de passageiros nos terminais de ônibus. Como podemos arrumar um emprego desse jeito? Qual patrão quer contratar alguém que pode sair do emprego a qualquer momento?", questiona.

De posse de documentos, eles acusam Flávio Dino de não cumprir uma decisão judicial do juiz de Direito José Edilson Caridade, respondendo pela 5ª Vara da Fazenda Pública. Em confirmação a tutela antecipada proferida no dia 13 de abril deste ano, o magistrado ordenou ao Estado do Maranhão, por meio da secretária de Estado da Gestão e Previdência, Lilian Guimarães, que nomeasse os novos soldados formados do CBMMA. A decisão - que pode ser conferida acima - é datada do dia 12 de julho, tendo a Procuradoria Geral do Estado (PGE) sido intimada desde o dia 5 deste mês, mas até hoje, segundo confirma o andamento do processo no sistema JurisConsult, ainda não foi realmente cumprida.

"Diante do exposto, considerando *quantum satis* o já afirmado no correr deste *decisum*; considerando ainda o considerável prejuízo que a omissão ou desinteresse do Estado em cumprir a decisão vem causando aos autores e considerando que os mesmos se submeteram aos rigores do curso de formação onde passaram por provas até mais rigorosas que a requerida no TAF, que acolho integralmente e considerando o que mais dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido dos autores, confirmando a antecipação de tutela anteriormente concedida às fls. 271-v, determinando que, em caso de aprovação no curso de formação, que sejam os mesmos nomeados e empossados nos cargos de Soldado do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Maranhão, por ser essa a medida que mais se harmoniza com o princípio da razoabilidade", destaca o magistrado em trecho da decisão.

Procuradas pelo ATUAL7 para se manifestar sobre a demora do governo estadual em nomear os novos soldados, a Assessoria de Imprensa do CBMMA e a Secretaria de Comunicação e Articulação Política não enviaram respostas até a publicação desta matéria.

# MÁRCIO JERRY SE LASCOU! JUIZ BLOQUEIA A VERBA DE SUA PASTA

16/08/2016 00:00:00

*Decisão é do juiz Douglas Martins, por descumprimento de decisão anterior para reforma de prédio no Centro Histórico, ignorada pelo governo*

Por: Marco D'êça

O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos de São Luís determinou o bloqueio das verbas da Secretaria de Comunicação e Articulação Política, chefiada pelo jornalista Márcio Jerry.

A decisão se deu por conta do descumprimento do governo Flávio Dino (PCdoB) na determinação de recuperação de um prédio no Centro Histórico.

De acordo com Martins, ele optou por bloquear as contas da Secap por que, no seu entendimento, não é um serviço essencial do governo.

Não há informação sobre o montante do valor bloqueado na conta da pasta de Márcio Jerry?

# Em coletiva, membros do MPMA explicam razões dos afastamentos dos prefeitos de Bom Jardim e Pio XII

15/08/2016 18:11:03

Promotores de justiça das comarcas de Bom Jardim e Pio XII explicaram os motivos das ações que levaram aos afastamentos dos dois gestores

Em entrevista coletiva nesta segunda-feira, 15, realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, os promotores de justiça das comarcas de Bom Jardim e Pio XII explicaram os motivos das ações que levaram aos afastamentos dos prefeitos e de secretários dos respectivos municípios, determinados pela Justiça na semana passada.

Antes dos promotores, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que a atuação do Ministério Público busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. "Nossas ações não são contra pessoas, mas contra atos. O Ministério Público não tem partido político. Nosso partido é a legalidade", esclareceu.

O procurador-geral acrescentou que, na sua gestão, a defesa das prerrogativas dos membros da instituição será garantida.

Também estiveram presentes na coletiva o assessor-chefe da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça, Justino Guimarães, o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da PGJ, Marco Antonio Amorim, e o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio Bonfim.

O promotor de justiça de Pio XII, Francisco Thiago Rabelo, detalhou as diversas etapas da investigação, iniciada em janeiro de 2016, que identificou a existência de 43 funcionários fantasmas na Prefeitura do município.

O processo culminou com o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso e dos secretários municipais Antonio Roberval de Lima (Administração), Melquizedeque Fontenele Nascimento (Finanças) e Iara Adriana Araújo Portilho (Educação), no último dia 10 pela justiça. O procurador do município, Michel Lacerda Ferreira, também foi afastado.

O juiz Raphael Leite Guedes deferiu o pedido do membro do Ministério Público em uma Ação Civil Pública por

ato de improbidade administrativa. Na ação, o promotor de justiça estimou que os pagamentos irregulares feitos aos funcionários que ganham sem trabalhar geraram um prejuízo de R\$ 2.478.406,88 aos cofres municipais.

## **BOM JARDIM**

Em Bom Jardim, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira informou sobre a ação que resultou no novo afastamento da prefeita Lidiane Leite, que tinha sido presa e afastada do cargo em 2015. Pela decisão judicial, do último dia 11, a gestora foi afastada do cargo pelo prazo de 120 dias até que seja julgada uma Ação Civil Pública, ajuizada em 26 de agosto de 2015, que trata dos desvios de recursos públicos que deveriam ter sido aplicados no setor educacional do município.

Quanto ao afastamento do presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, Arão Sousa Silva, o promotor de justiça informou que o pedido foi deferido pela Justiça em Ação Civil Pública por improbidade administrativa. O vereador se não deu publicidade ao ato e se recusou a prestar informações sobre o decreto legislativo que retornou a prefeita Lidiane Leite ao cargo.

## **ENTENDA O CASO**

Em 5 de setembro de 2015, o presidente da Câmara, por meio do Decreto legislativo nº 006/2015, declarou a perda do mandato da então prefeita Lidiane Leite da Silva, que se encontrava afastada do município sem autorização do Legislativo Municipal há 15 dias. Na época, Lidiane Leite estava sendo procurada pela Polícia Federal em virtude de desvios de verbas da educação no município.

A Lei Orgânica do Município de Bom Jardim prevê a necessidade de autorização da Câmara para afastamentos superiores a 10 dias. A medida foi tomada após o encaminhamento de Recomendação por parte do Ministério Público.

No último dia 8, no entanto, Arão Silva, em sessão extraordinária, deu posse novamente a Lidiane Leite, "sem ao menos publicar ou divulgar a revogação do decreto, o qual teria, em tese, sido revogado unilateralmente pelo referido presidente", explica o promotor de justiça da comarca.

Segundo Fábio Santos de Oliveira, apesar de várias tentativas da promotoria em ter acesso a um documento que tivesse revogado o decreto, que não havia sido publicado, isso foi negado pelo presidente daquela Casa Legislativa.

**Fonte:** Ministério Público do Maranhão

# Flávio Dino recebe ministra do Supremo e propõe pacto nacional para redução da criminalidade

16/08/2016 15:00:27

O Governador Flávio Dino recebeu, nesta segunda-feira (15), a visita da ministra do Supremo Tribunal Federal (STF) Cármem Lúcia Antunes Rocha, vice-presidente do STF. Na pauta, ações para a correção das desigualdades sociais implantadas pelo Governo do Maranhão e a proposta de uma ação nacional para que Brasil volte a gerar oportunidades.

Durante o encontro, realizado no Palácio dos Leões, em São Luís, o governador Flávio Dino falou sobre a preocupação com a questão financeira e fiscal do País, e sobre a importância de uma ação articulada para a melhoria da economia. "É necessário uma articulação coordenada do Estado, cada um nos termos da sua competência, para que consigamos melhorar as condições de funcionamento da economia e que o Brasil volte a crescer, e com isso, gerar oportunidades".

À ministra, Flávio Dino destacou também que o Estado tem uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e que há tratativas para a extensão desse convênio, que tem metas claras e que vêm sendo cumpridas pelo governo do Maranhão a partir da humanização do sistema penitenciário e do compromisso com a melhoria da execução penal.

"Também temos uma preocupação de construir uma pauta federativa. Em que o Supremo e o Conselho Nacional de Justiça conversem com os governadores. Eu estarei presente numa reunião de todos os governadores dos estados, logo em seguida da posse da ministra Cármem Lúcia, para que possamos tratar da temática penitenciária, da violência contra mulher, sobre políticas sociais em um modo de modo geral", anunciou o governador.

A ministra Cármem Lúcia avaliou como positiva a continuidade das políticas públicas executadas pelo Estado. "É notória a continuidade das medidas para conter ou diminuir a violência doméstica, a violência contra as mulheres. Mas temos muito a fazer. A violência no Brasil vem aumentando cada vez mais por uma série de critérios descritos pela ONU (Organização das Nações Unidas) e isso é preocupante".

A ministra do Supremo Tribunal Federal também frisou que a tentativa do Estado é exatamente coerente com o que se busca para a atenuação, tanto das causas, quanto da contenção da violência. "A conflitualidade está posta para que nós, servidores públicos do Executivo, do Judiciário, e também do Legislativo, através de normas próprias, possamos ter condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça, que é a forma de prestação de todos serviços para que homens, mulheres e crianças possam viver mais em paz".

Ao final da reunião, o governador Flávio Dino destacou a alta sensibilidade social da ministra do Supremo Cármen Lúcia e sua capacidade para liderança e diálogo entre os poderes do Estado. "Teremos uma agenda forte e parcerias dos governos estaduais com o poder judiciário".

### **Cármen Lúcia é eleita para presidência do Supremo Tribunal Federal**

Na última quarta-feira (10) os magistrados do Supremo Tribunal Federal (STF) elegeram a ministra Cármen Lúcia para a presidência da Corte pelos próximos dois anos. Ela foi eleita com 10 votos favoráveis e um contrário. Também na sessão o ministro Dias Toffoli foi eleito vice-presidente do Supremo para o próximo biênio.

Integrante do STF desde 2006, Cármen Lúcia deverá tomar posse na presidência do STF em meados de setembro, quando o ministro Ricardo Lewandowski deixa o comando do tribunal.

# MPMA explica razões dos afastamentos dos prefeitos de Bom Jardim e Pio XII

15/08/2016 17:21:21

Em entrevista coletiva nesta segunda-feira, 15, realizada na sede da Procuradoria Geral de Justiça, no Calhau, os promotores de justiça das comarcas de Bom Jardim e Pio XII explicaram os motivos das ações que levaram aos afastamentos dos prefeitos e de secretários dos respectivos municípios, determinados pela Justiça na semana passada.

Antes dos promotores, o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, afirmou que a atuação do Ministério Público busca sempre defender os interesses da sociedade e zelar pela boa aplicação dos recursos públicos. "Nossas ações não são contra pessoas, mas contra atos. O Ministério Público não tem partido político. Nosso partido é a legalidade", esclareceu.

O procurador-geral acrescentou que, na sua gestão, a defesa das prerrogativas dos membros da instituição será garantida.

Também estiveram presentes na coletiva o assessor-chefe da Assessoria Especial da Procuradoria Geral de Justiça, Justino Guimarães, o diretor da Secretaria para Assuntos Institucionais da PGJ, Marco Antonio Amorim, e o presidente da Associação do Ministério Público do Estado do Maranhão (Ampem), Tarcísio Bonfim.

O promotor de justiça de Pio XII, Francisco Thiago Rabelo, detalhou as diversas etapas da investigação, iniciada em janeiro de 2016, que identificou a existência de 43 funcionários fantasmas na Prefeitura do município.

O processo culminou com o afastamento do prefeito Paulo Roberto Sousa Veloso e dos secretários municipais Antonio Roberval de Lima (Administração), Melquizedeque Fontenele Nascimento (Finanças) e Iara Adriana Araújo Portilho (Educação), no último dia 10 pela justiça. O procurador do município, Michel Lacerda Ferreira, também foi afastado.

O juiz Raphael Leite Guedes deferiu o pedido do membro do Ministério Público em uma Ação Civil Pública por ato de improbidade administrativa. Na ação, o promotor de justiça estimou que os pagamentos irregulares feitos aos funcionários que ganham sem trabalhar geraram um prejuízo de R\$ 2.478.406,88 aos cofres municipais.

## BOM JARDIM

Em Bom Jardim, o promotor de justiça Fábio Santos de Oliveira informou sobre a ação que resultou no novo afastamento da prefeita Lidiane Leite, que tinha sido presa e afastada do cargo em 2015. Pela decisão judicial, do último dia 11, a gestora foi afastada do cargo pelo prazo de 120 dias até que seja julgada uma Ação Civil

Pública, ajuizada em 26 de agosto de 2015, que trata dos desvios de recursos públicos que deveriam ter sido aplicados no setor educacional do município.

Quanto ao afastamento do presidente da Câmara de Vereadores de Bom Jardim, Arão Sousa Silva, o promotor de justiça informou que o pedido foi deferido pela Justiça em Ação Civil Pública por improbidade administrativa. O vereador se não deu publicidade ao ato e se recusou a prestar informações sobre o decreto legislativo que retornou a prefeita Lidiane Leite ao cargo.

## ENTENDA O CASO

Em 5 de setembro de 2015, o presidente da Câmara, por meio do Decreto legislativo nº 006/2015, declarou a perda do mandato da então prefeita Lidiane Leite da Silva, que se encontrava afastada do município sem autorização do Legislativo Municipal há 15 dias. Na época, Lidiane Leite estava sendo procurada pela Polícia Federal em virtude de desvios de verbas da educação no município.

A Lei Orgânica do Município de Bom Jardim prevê a necessidade de autorização da Câmara para afastamentos superiores a 10 dias. A medida foi tomada após o encaminhamento de Recomendação por parte do Ministério Público.

No último dia 8, no entanto, Arão Silva, em sessão extraordinária, deu posse novamente a Lidiane Leite, "sem ao menos publicar ou divulgar a revogação do decreto, o qual teria, em tese, sido revogado unilateralmente pelo referido presidente", explica o promotor de justiça da comarca.

Segundo Fábio Santos de Oliveira, apesar de várias tentativas da promotoria em ter acesso a um documento que tivesse revogado o decreto, que não havia sido publicado, isso foi negado pelo presidente daquela Casa Legislativa.

# Governador Flávio Dino recebe visita da ministra Cármen Lúcia

15/08/2016 20:19:34

O governador Flávio Dino recebeu, na tarde desta segunda-feira (15), a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, em uma visita de cortesia ao Palácio dos Leões. Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador Flávio Dino reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

"Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes", destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão desse convênio, em que há metas claras que o Governo do Maranhão vem cumprindo para a humanização do sistema penitenciário, para que a execução penal se dê cada vez melhor", relatou Flávio Dino, ao apresentar as ações da gestão.

Para a ministra, a experiência do governador na área jurídica - como professor de Direito e ex-juiz federal - pode contribuir na construção e efetivação da política de garantia de direitos no país. "Ter no estado um governador que lutou pela criação do CNJ é muito importante", defendeu a ministra.

Ao conhecer os programas de Governo da área de Segurança Pública, Cármen Lúcia, comentou que os esforços do Maranhão em combater a violência, muito se assemelha aos esforços da Justiça Federal. "A tentativa do Estado é exatamente coerente com o que a gente busca, que é a atenuação tanto das causas, quanto da contenção da violência. A conflituosidade está posta, a nós, servidores públicos do executivo e do judiciário, e também do legislativo através de normas próprias, cabe fazer com que a gente tenha condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça", apontou a ministra.

No encontro, o governador apresentou parte da equipe de Governo. Estiveram presentes na visita o vice-governador Carlos Brandão, o procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e os secretários de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, da Mulher, Laurinda Pinto, de Segurança Penitenciária, Murilo Andrade, de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves e de Controle e Transparência, Rodrigo Lago. Também estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha e o desembargador Fróz Sobrinho.

## **Proteção à mulher**

A ministra Carmen Lúcia esteve no Maranhão para a abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que vai ser realizada de 15 a 19 de agosto, com o objetivo de chamar a atenção para as consequências da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na oportunidade, além da visita ao governador Flávio Dino, Cármen ainda foi conhecer as instalações da Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati, que está em fase de conclusão de obras. Gerida de forma compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, a Casa oferecerá atendimento humanizado, confortável e especializado, com uma série de serviços, incluindo acolhimento e triagem; apoio psicossocial; e promoção de ações para a autonomia econômica da mulher vítima de violência.

# Caxias - Inscrições em seleção para o cargo de assessor de juiz da 5ª Vara começam no próximo dia 22

16/08/2016 00:00:00

Têm início na próxima segunda-feira (22), na Comarca de Caxias, as inscrições para seleção para o cargo de assessor de juiz da 5ª Vara da Comarca. O período de inscrições se estende até o dia 02 de setembro, sempre das 8h30 às 12h. As inscrições são gratuitas e serão realizadas exclusivamente mediante a entrega de currículo e demais documentos exigidos na Secretaria Judicial da unidade.

As informações constam de edital assinado pela juíza Marcela Santana Lobo, titular da Vara. De acordo com o edital, "serão aceitas apenas inscrições presenciais, recebendo o candidato, ou seu procurador, no ato de inscrição, cópia do documento de conferência/ficha de inscrição, devendo ainda, assinar a lista de entrega dos documentos".

Com jornada semanal de 40 horas - não incluídos aí o período relativo ao Plantão Judicial e atividades a que o juiz esteja obrigado - o cargo tem remuneração mensal de R\$ 4.638,18 (quatro mil, seiscentos e trinta e oito reais e dezoito centavos), mais benefícios. Cabe ao assessor a elaboração de minutas de despachos, decisões e sentenças; gestão de atividades em gabinete; acompanhamento em audiências, entre outras.

Entre os documentos exigidos para a inscrição, formulário preenchido, cópia da Carteira de Identidade e CPF (ou carteira de habilitação), cópia do Diploma de conclusão de curso de Bacharel em Direito - reconhecido pelo MEC - ou, na falta do documento, certidão da instituição de ensino superior atestando a conclusão do curso e colação de grau por parte do candidato. Também são exigidas foto 3x4, cópia de histórico de rendimento escolar, com média geral assinalada; cópia dos certificados dos cursos declarados no currículo e declaração de concordância do chefe imediato (para servidores concursados).

**Etapas** - A seleção constará de 03 (três) etapas: análise curricular e análise do histórico de rendimento escolar; provas objetiva e subjetiva, e entrevista. Todas as etapas da seleção acontecerão no Fórum da Comarca de Caxias (Avenida Norte-Sul, s/n, Campo de Belém) "ou, em caso de impossibilidade, em local a ser indicado quando da divulgação da convocação", consta do edital.

O resultado da seleção será divulgado na página da Corregedoria Geral da Justiça ([www.tjma.jus.br/cgj](http://www.tjma.jus.br/cgj)). Após a divulgação, o candidato aprovado terá o prazo de 48 horas para apresentar-se na Secretaria Judicial da 5ª Vara e retirar a lista de documentos indispensáveis à nomeação. A entrega dos documentos deve se dar no prazo máximo de cinco dias, "salvo impossibilidade justificada de fazê-lo e apresentada tempestivamente".

Confira [aqui](#) a íntegra do edital com o formulário a ser preenchido pelos candidatos.

# OAB/MA reafirma compromisso com profissionais em advocacia do estado

16/08/2016 07:38:27

A Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional Maranhão, reafirma seu compromisso com todos os profissionais em advocacia e com a sociedade maranhense.

Mais uma vez é com surpresa que a OAB-MA e toda a classe advocatícia recebeu a nota emitida pela Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA) que representa toda a classe de juízes maranhenses. Profissionais comprometidos e que atuam de maneira responsável junto à sociedade maranhense, buscando sempre a análise dos fatos.

A OAB-MA em nenhum momento foi questionada pela AMMA acerca das informações sobre o ato a ser realizado em Pio XII. A Associação deveria, como representante dos juízes maranhenses, evitar publicação de notas, cujas informações não foram devidamente checadas.

A responsabilidade da Associação dos Magistrados do Maranhão passa também pela manutenção de um diálogo institucional pautado no respeito e na cordialidade e, principalmente, no objetivo de atender as demandas da sociedade e não prejudicá-la, em nome de todos os magistrados maranhenses. Por tal comportamento da AMMA, fica claro que a associação parece sentir saudades do período totalitário em que o diálogo não era cogitado como uma solução benéfica a todos.

Agindo em nome de interesses pessoais e escusos, a AMMA diz atuar, de maneira irresponsável, em nome de uma classe de profissionais essenciais à sociedade maranhense. Reiteramos o nosso compromisso com os profissionais da magistratura sérios e comprometidos com o diálogo sem que se deixem interferir por aspectos e objetivos pessoais.

No mesmo prisma a OAB/MA reafirma seu compromisso com todos os advogados maranhenses de ser intransigente na defesa de suas prerrogativas, bem como de defender os direitos e garantias individuais de todos os cidadãos (conquistados a duras penas).

A OAB-MA continuará firme na manutenção de sua história, pautada na defesa da Constituição, no combate à corrupção e contra todo abuso do Estado, não se comparando às Associações que não respeitam sequer o princípio do contraditório. Reiteramos que, "Advogado forte é sociedade ativa; profissional independente é pátria livre; advogado respeitado é cidadão valorizado".

# Márcio Jerry tem verba de sua pasta bloqueada pela Justiça?

16/08/2016 06:00:45

Decisão é do juiz Douglas Martins, por descumprimento de decisão anterior para reforma de prédio no Centro Histórico, ignorada pelo governo

Jerry: sem dinheiro para agir...

O juiz Douglas Martins, da Vara de Interesses Difusos de São Luís determinou o bloqueio das verbas da Secretaria de Comunicação e Articulação Política, chefiada pelo jornalista Márcio Jerry.

A decisão se deu por conta do descumprimento do governo Flávio Dino (PCdoB) na determinação de recuperação de um prédio no Centro Histórico.

De acordo com Martins, ele optou por bloquear as contas da Secap por que, no seu entendimento, não é um serviço essencial do governo.

Não há informação sobre o montante do valor bloqueado na conta da pasta de Márcio Jerry...

[Share](#)

## Em defesa da mulher I

16/08/2016 02:50:28

A ministra Carmem Lúcia (centro) com presidente do TJ, desembargador Cleones Cunha, o governador Flávio Dino e autoridades no Palácio dos Leões

O Poder Judiciário abriu ontem a V Semana da Justiça pela Paz em Casa, campanha que objetiva dar prioridade a processos judiciais que tenham mulheres como vítimas ou partes interessadas, para, assim, contar com o crescimento da onda de violência contra mulheres registrada no País. O ato, que contou com a presença da presidente eleita do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Carmen Lúcia, foi comandado pelo presidente da Corte, desembargador Cleones Cunha, auxiliado pela presidente da Coordenadoria da Mulher do TJMA, desembargadora Ângela Salazar.

Realizada em todos os Tribunais de Justiça do País, a campanha se estenderá até o dia 19, cumprida a programação que incluirá a realização de mutirões em diversas comarcas para julgamento de processos que envolvem violência doméstica e familiar contra a mulher. Em São Luís e Imperatriz, os esforços concentrados se darão nas varas especializadas e nas demais comarcas que possuem competência para julgar os casos.

Atualmente, existem 7.705 processos em andamento na Vara da Mulher de São Luís, de um total de quase 47 mil casos nos últimos dez anos, na Justiça maranhense. Na ocasião, foi feita a assinatura do Termo de Cooperação Técnica, que vai permitir a utilização do sistema Malote Digital para a tramitação eletrônica dos requerimentos de medidas protetivas de urgência para mulheres vítimas de violência doméstica e familiar. Assinaram o documento o presidente do TJMA, Cleones Cunha, a corregedora-geral da Justiça do Maranhão, Anídes Cruz, o defensor-público-geral do Estado, Werther Lima, o procurador-geral de Justiça do Maranhão, Luiz Gonzaga Coelho, e o secretário de Segurança Pública do Estado, Jefferson Portela.

## Em defesa da mulher II

Idealizadora da Campanha Justiça pela Paz em Casa, a ministra Carmen Lúcia, ressaltou que a priorização dos casos envolvendo mulheres deve ser uma ação permanente dos juízes. Ela explicou que a ênfase na violência contra a mulher existe porque estas são vítimas, simplesmente pelo fato de serem mulheres, por viverem uma vulnerabilidade maior a agressões e direitos fundamentais em relação aos homens, sendo tratadas de forma invisível dentro da sociedade, o que por muito tempo recaiu sobre a violência.

A ministra ressaltou que o Judiciário precisa dar a resposta que o cidadão espera, em tempo razoável, garantindo a sensação de Justiça - esperada pela sociedade, especialmente familiares de vítimas de violência -, pois este é um problema que afeta a todos e a cada um. "Em qualquer lugar do mundo, em que eu souber que uma mulher foi assassinada, uma parte de mim também estará morta: aquela que não deu conta de fazer com que isso não acontecesse, enquanto juíza que sou", declarou.

A presidente da Cemulher, desembargadora Angela Salazar, destacou que - além da priorização na resolução dos processos que envolvem mulheres - o objetivo da campanha é a pacificação familiar, uma vez que a violência contra a mulher é um fenômeno que lhes nega direitos fundamentais, principalmente no plano das relações domésticas e familiares, negando-lhes também a dignidade humana. "A sociedade precisa compreender que os direitos das mulheres são direitos humanos", alertou.

O desembargador Cleones Cunha citou dados da Secretaria Nacional de Política para as Mulheres, dando conta de que 40% das mulheres vítimas sofrem violência diariamente, e 34% semanalmente, sem contar os casos em que sofrem caladas em razão de dependências variadas, além da tolerância social e do machismo que imperam na sociedade. Ele ressaltou a importância da participação do Poder Judiciário na pacificação, pois negar o acesso dessas mulheres à Justiça ou oferecer-lhes um serviço precário seria condená-las a um cativeiro dentro de seus próprios lares. "Nesta briga, o Judiciário deve sim meter sua colher, impondo medidas de proteção às vítimas e de punição ao agressor, como também implementando políticas para que deixem de ser agressores", avaliou.

# Justiça obriga Jerry fechar o cofre?

16/08/2016 06:52:33

## Justiça mandou bloquear verba da Secretaria de Comunicação e Articulação Política

Sabem aquela principal secretaria do governo comunista, que tem mais recursos? Não é a Educação, Saúde nem Segurança, mas, a de propaganda.

O titular da pastas que ficou conhecido como "primeiro ministro" ou "ministro da propaganda" comunista, está sendo obrigado a fechar o cofre da principal secretaria do governo comunista.

Segundo informações do jornalista Aquiles Emir, o juiz Douglas Martins, titular da Vara de Interesses Difusos, determinou o bloqueio da verba orçamentária da Secretaria de Comunicação e Articulação (Secap) por causa de um descumprimento por parte do Governo do Estado a uma decisão para que fosse recuperado um imóvel tombado pelo Patrimônio Histórico.

E isso, justamente no período eleitoral, que as imagens das "obras" do governo do Estado, em parcerias com o prefeito candidato à reeleição de São Luís, ganharam muitas visibilidades.

Ainda bem, a Justiça tarda mais não falha.

[Share](#)

# Justiça bloqueia verba da secretaria comandada por Márcio Jerry

16/08/2016 09:51:26

A Justiça Estadual determinou o bloqueio dos recursos da Secretaria de Estado da Comunicação e de Assuntos Políticos (Secap). A pasta é comandada pelo presidente estadual do PCdoB, Márcio Jerry, considerado o "homem forte" do Governo Flávio Dino (PCdoB).

A decisão é do juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos da capital.

O magistrado determinou o bloqueio dos recursos num processo que tratava da reforma de um prédio histórico em São Luís.

O juiz havia determinado as melhorias no casarão, o que não foi feito pelo Executivo.

Como forma de pressionar o Governo a proceder à reforma - e para não prejudicar áreas mais sensíveis, como Saúde e Educação -, Douglas Martins mandou trancar o dinheiro da Comunicação.

Com informações de [Gilberto Léda](#)

## **Acusado de homicídio é condenado a 28 anos em Balsas**

O crime aconteceu em dezembro de 2012 e a sessão ocorreu na última semana.

Samyro Rocha foi considerado culpado e recebeu a pena de 28 anos de prisão. - Foto: Divulgação BALSAS - A juíza Elaile Silva, titular da 1ª Vara de Balsas, divulgou resultado de sessão do Tribunal do Júri realizado na unidade judicial. O réu foi Samyro Rocha de Souza, conhecido pelo apelido de 'Taurus'. Por fim, Samyro Rocha foi considerado culpado e recebeu a pena de 28 anos de prisão. A sessão ocorreu na última semana.

Ele estava sendo acusado da morte de Mauro Martins Pereira de Souza, fato ocorrido em dezembro de 2012. Consta na denúncia que Mauro foi morto com três tiros de pistola, disparados por Taurus. Na ocasião, ao ser abordado pela polícia, o acusado teria confirmado a autoria do crime, revelando detalhes.

De acordo com Taurus, a vítima lhe devia a quantia de trezentos reais. No dia em que foi cobrar o dinheiro, ele teria sido ameaçado por Mauro, com uma arma de fogo. Samyro Rocha contou ainda que Mauro disse que o mataria caso fosse cobrado outra vez.

Narra a denúncia que o acusado convidou a vítima para fumar uma pedra de crack e, chegando à beira do rio, teria desferido três tiros em Mauro. O corpo da vítima foi encontrado três dias depois. Taurus teria afirmado que Mauro merecia morrer, pois além de dever dinheiro, ele realizava assaltos frequentes em Balsas e era traficante de drogas.

Ao analisar a personalidade do acusado, verificou-se que ele era satanista, possuindo inclusive um apelido que faz referência a isso. Ele teria assinado documento se declarando satânico, possuindo tatuagens de demônios no peito, braços e costas. "Fato esse que demonstra a má índole do réu", destacou a sentença. Taurus foi condenado por homicídio duplamente qualificado e não obteve o direito de recorrer em liberdade.

# Corregedoria apresenta cumprimento de metas em reunião de planejamento estratégico

15/08/2016 18:20:01

A Corregedoria Geral da Justiça, representada pelo juiz auxiliar Gladiston Cutrim (Coordenador de Planejamento Estratégico), apresentou na última sexta-feira (12), o cumprimento de metas exigidas pelo planejamento estratégico do Poder Judiciário do Maranhão e do CNJ, na II Reunião de Avaliação Estratégia (RAE) do TJMA, realizada no auditório da Associação dos Magistrados do Maranhão (AMMA), presidida pelo presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Cleones Cunha.

O representante da Corregedoria apresentou oito metas executadas pela Corregedoria, destacando os objetivos estratégicos e macrodesafios de cada meta, bem como a apresentação de vinte ações realizadas no âmbito da competência da Corregedoria, como a instituição da Central Única de Cartórios (Cartórios Maranhão); manutenção e ampliação do Projeto "Casamentos Comunitários"; reativação e modernização do Projeto "Jurado Voluntário"; instituição do Projeto "Construindo a Justiça"; efetivação da "Semana de Atenção Prioritária ao Meio Ambiente" em todo o Estado, além de mutirões para agilização de processos que requer urgência, destacando a mudança de foco da Comissão Sentenciante Itinerante (CSI).

O juiz apresentou ainda gráficos estatísticos com percentuais de cumprimento das metas sobre celeridade e produtividade na prestação jurisdicional e ações planejadas para o próximo trimestre. "Implementar melhorias e aprimorar a gestão da Justiça têm sido o foco de trabalho da desembargadora Anildes Cruz, corregedora-geral da Justiça. A execução dessas metas passa pelo diálogo direto com juízes, servidores e entidades da sociedade civil organizada", concluiu Gladiston Cutrim.

Equipe - Os técnicos Maycon Wendel Correa Silva (chefe da Divisão de Estatística da CGJ) e Eduardo Henrique (Assessoria de Informática da CGJ) acompanharam o juiz corregedor na reunião.

O post [Corregedoria apresenta cumprimento de metas em reunião de planejamento estratégico](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).

# Governador Flávio Dino recebe visita da ministra Cármen Lúcia

16/08/2016 08:03:06

O governador Flávio Dino recebeu, na tarde desta segunda-feira (15), a ministra e recém-eleita presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia, em uma visita de cortesia ao Palácio dos Leões. Apresentando as principais ações do Governo do Estado nas áreas de Segurança Pública, Direitos Humanos e Políticas Públicas para as Mulheres, o governador Flávio Dino reafirmou o compromisso da gestão com a garantia de direitos da população e ressaltou que o Governo do Estado está à disposição da Justiça Federal para implantação de projetos nas áreas.

"Temos uma relação de confiança em nível local com a Justiça, com parcerias sistemáticas com o Tribunal de Justiça e com o Ministério Público. A visita da ministra Cármen Lúcia é importante para a construção de uma agenda de parceria entre os poderes", destacou o governador, parabenizando a ministra que, além de ser eleita, na última quarta-feira (10), para a presidência da Corte no biênio 2016-2018, também assumirá a liderança do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Nós já temos uma relação institucional com o Conselho Nacional de Justiça na questão penitenciária e hoje conversamos muito sobre a necessidade de extensão desse convênio, em que há metas claras que o Governo do Maranhão vem cumprindo para a humanização do sistema penitenciário, para que a execução penal se dê cada vez melhor", relatou Flávio Dino, ao apresentar as ações da gestão.

Para a ministra, a experiência do governador na área jurídica - como professor de Direito e ex-juiz federal - pode contribuir na construção e efetivação da política de garantia de direitos no país. "Ter no estado um governador que lutou pela criação do CNJ é muito importante", defendeu a ministra.

Ao conhecer os programas de Governo da área de Segurança Pública, Cármen Lúcia, comentou que os esforços do Maranhão em combater a violência, muito se assemelha aos esforços da Justiça Federal. "A tentativa do Estado é exatamente coerente com o que a gente busca, que é a atenuação tanto das causas, quanto da contenção da violência. A conflituosidade está posta, a nós, servidores públicos do executivo e do judiciário, e também do legislativo através de normas próprias, cabe fazer com que a gente tenha condições de fazer face a isso. A violência não pode vencer a justiça", apontou a ministra.

No encontro, o governador apresentou parte da equipe de Governo. Estiveram presentes na visita o vice-governador Carlos Brandão, o procurador Geral do Estado, Rodrigo Maia, o chefe da Casa Civil, Marcelo Tavares, e os secretários de Estado de Segurança Pública, Jefferson Portela, da Mulher, Laurinda Pinto, de Segurança Penitenciária, Murilo Andrade, de Direitos Humanos, Francisco Gonçalves e de Controle e Transparência, Rodrigo Lago. Também estiveram na reunião, o presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, o desembargador Cleones Cunha e o desembargador Fróz Sobrinho.

## **Proteção à mulher**

A ministra Carmen Lúcia esteve no Maranhão para a abertura da V Semana Nacional da Justiça pela Paz em Casa, que vai ser realizada de 15 a 19 de agosto, com o objetivo de chamar a atenção para as consequências da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Na oportunidade, além da visita ao governador Flávio Dino, Cármen ainda foi conhecer as instalações da Casa da Mulher Brasileira, no Jaracati, que está em fase de conclusão de obras. Gerida de forma compartilhada entre os governos municipal, estadual e federal, a Casa oferecerá atendimento humanizado, confortável e especializado, com uma série de serviços, incluindo acolhimento e triagem; apoio psicossocial; e promoção de ações para a autonomia econômica da mulher vítima de violência.

O post [Governador Flávio Dino recebe visita da ministra Cármen Lúcia](#) apareceu primeiro em [O Quarto Poder](#).